

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de Economia,
Inovação e Obras Públicas

Requerimento

Assunto –Audição do Senhor Presidente da IP-Infraestruturas de Portugal, S.A. sobre os cortes no programa de investimento da IP e implicações ao nível da segurança rodoviária e ferroviária.

A IP-Infraestruturas de Portugal que *“é a maior concessionária nacional de estradas, com uma rede que se estende por todo o país com mais de 14 mil quilómetros de extensão e cujo perfil se diversifica da autoestrada à estrada regional, das retas nas planícies alentejanas aos acessos ao maciço central da Serra da Estrela”* garante a *“realização da manutenção e reparação da rede rodoviária através de contratação externa”* *“através de 18 contratos independentes”* conforme refere o respectivo site oficial.

O grau de execução na componente da Despesa, “Conservação de Bens”, era - segundo a UTAO alertou publicamente -, de 32,9% no período (janeiro-Julho) contra 45,0% no período homólogo de 2015, constituindo uma expressiva diferença de pontos percentuais para baixo.

Entre as componentes da Despesa da IP, esta (que tem o maior peso específico no conjunto) é a que menor grau de execução apresenta (excluindo as destinadas a Impostos, Taxas e reservas) que evidenciam uma execução meramente residual).

Também o Presidente da Infraestruturas de Portugal recém-empossado dava conta desde logo da sua preocupação com o atraso na transferência de verbas de verbas para a IP, nomeadamente das indemnizações compensatórias e da CSR-Contribuição do Serviço Rodoviário, alertando para a possibilidade de atrasos nos programas de investimento e segurança.

Conforme noticiava a imprensa em Outubro de 2016, *«INFRA-ESTRUTURAS. Governo trava verbas da IP para a ferrovia. Cativações aplicadas à Infraestruturas de Portugal estão a pôr em causa a execução de contratos, em especial na conservação de estradas*



e ferrovia. Também a execução de investimentos em projectos ferroviários é de apenas 25% do previsto.:

«A Infraestruturas de Portugal (IP) está este ano confrontada com cativações num montante que ascende a 430 milhões de euros. «Uma situação, decorrente da necessidade de restrição orçamental, que segundo a administração liderada por António Laranjo, "coloca em risco a execução de contratos em curso e já transitados de anos anteriores e que foram celebrados para garantir o exercício da sua actividade, nomeadamente na rubrica de conservação rodoviária».

No relatório de execução orçamental do segundo trimestre, com data de Setembro, a administração da IP refere que a empresa "se deparou com a aplicação dos cativos normalmente previstos" na lei do Orçamento do Estado, "mas também com a cativação extraordinária sobre determinadas rubricas orçamentais". Algo que "veio condicionar fortemente a actividade da IP", afirma. Para ultrapassar a situação, a gestora das infra-estruturas rodoviárias e ferroviárias diz que já solicitou autorização para a transição do saldo de 2015 no montante de cerca de 416 milhões de euros. Assim como a descativação das verbas relativas a concessões e subconcessões e encargos de cobrança, e a totalidade dos cativos adicionais impostos pela lei, no total de 322,5 milhões de euros. No relatório assinado por António Laranjo, que assumiu em Agosto passado a liderança da IP, é referido que às cativações se juntam "dificuldades na cobrança das suas principais fontes de financiamento". É o caso das indemnizações compensatórias, relativamente às quais a empresa não recebeu qualquer verba este ano, e da contribuição do serviço rodoviário, cujas transferências para a empresa têm sofrido atrasos.»

O ano de 2016 veio a confirmar um corte drástico no investimento público a partir da aplicação de cativações extraordinárias, o que era afinal e apenas o Plano B em aplicação, o tal que o Governo nunca assumiu existir para controlo da despesa pública.

Importa pois saber neste momento qual a situação em que a IP se encontra a operar, se a situação já foi normalizada, se as verbas previstas e orçamentadas estão a fluir com normalidade para aquela entidade, se o investimento em 2017 se está a concretizar nos moldes programados, e sobretudo se estão assegurados e em execução os investimentos que garantem a segurança de infraestruturas especiais pelas quais aquela entidade é responsável.

Assim, porque é importante o esclarecimento dos factos e o conhecimento da situação, porque há medidas que não podem ser descuradas, os deputados do Grupo Parlamentar



PSD

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

do PSD e do CDS-PP entendem ser importante ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis ouvir nesta Comissão e sobre este tema, o Presidente do Conselho de Administração da Infraestruturas de Portugal, S.A., solicitando a diligência de V. Exa nesse sentido.

Palácio de São Bento, 21 de abril de 2017.

Os (As) Deputado(a)s: